



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

# **DIÁRIO DA ASSEMBLEIA**

ANO XXI PALMAS, SEXTA-FEIRA, 22 DE OUTUBRO DE 2010

Nº 1802



## **MESA DIRETORA**

**Presidente:** Dep. Júnior Coimbra

**1º Vice-presidente:** Dep. Solange Duailibe

**2º Vice-presidente:** Dep. Eduardo do Dertins

**1º Secretário:** Dep. Paulo Roberto

**2º Secretário:** Dep. Stalin Bucar

**3ª Secretária:** Dep. Luana Ribeiro

**4º Secretário:** Dep. Manoel Queiroz

**Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO**

# Comissões Permanentes

## Local das Reuniões: Plenarinho

**Comissão de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia.**

Reunião às terças-feiras, 8h

### **MEMBROS EFETIVOS:**

Deputados: **César Halum (pres)**, Manoel Queiroz (Vice) Amélio Cayres, José Geraldo, Eli Borges.

### **MEMBROS SUPLENTE:**

Deputados: Marcello Lelis, Toinho Andrade, Cacildo Vasconcelos, Iderval Silva, Fábio Martins.

**Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público.**

Reunião às terças-feiras, 14h

### **MEMBROS EFETIVOS:**

Deputados: **Iderval Silva (pres)**, Toinho Andrade (vice), Marcello Lelis, José Geraldo, Fábio Martins.

### **MEMBROS SUPLENTE:**

Deputados(a): Luana Ribeiro, Dr. Zé Viana, Raimundo Moreira, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe.

**Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.**

Reunião às terças-feiras, 17h

### **MEMBROS EFETIVOS:**

Deputados(a): **Luana Ribeiro (pres)**, Manoel Queiroz (vice), César Halum, Raimundo Moreira, Eli Borges,

### **MEMBROS SUPLENTE:**

Deputados: Amélio Cayres, Dr. Zé Viana, Cacildo Vasconcelos, Iderval Silva, Eduardo do Dertins.

**Comissão de Constituição, Justiça e Redação.**

Reunião às quartas-feiras, 8h

### **MEMBROS EFETIVOS:**

Deputados(a): **Angelo Agnolin (pres)**, Fábio Martins(vice), Amélio Cayres, Raimundo Moreira, Josi Nunes.

### **MEMBROS SUPLENTE:**

Deputados(a): Luana Ribeiro, Dr. Zé Viana, Cacildo Vasconcelos, Iderval Silva, Eduardo do Dertins.

**Comissão de Educação, Cultura e Desporto.**

Reunião às quartas-feiras, 14h

### **MEMBROS EFETIVOS:**

Deputados(a): Eduardo do Dertins(**pres**), Cacildo Vasconcelos(vice), Luana Ribeiro, Dr. Zé Viana, Iderval Silva.

### **MEMBROS SUPLENTE:**

Deputados: Pr. Pedro Lima, César Halum, José Geraldo, Josi Nunes, Fábio Martins.

**Comissão de Saúde e Meio Ambiente**

Reunião às quintas-feiras, 15h

### **MEMBROS EFETIVOS:**

Deputados(a): **Dr. Zé Viana(pres)**, Marcello Lelis (vice), Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe.

### **MEMBROS SUPLENTE:**

Deputados(a): Luana Ribeiro, , Angelo Agnolin, José Geraldo, Josi Nunes, Manoel Queiroz.

**Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle.**

Reunião às quintas-feiras, 8h

### **MEMBROS EFETIVOS:**

Deputados: **Sandoval Cardoso(pres)**, Eduardo do Dertins, Marcello Lelis, César Halum, Cacildo Vasconcelos.

### **MEMBROS SUPLENTE:**

Deputados: Amélio Cayres, Toinho Andrade, José Geraldo, Iderval Silva, Fábio Martins.

**Comissão de Segurança Pública**

Reunião às quintas-feiras, 14h

### **MEMBROS EFETIVOS:**

Deputados: **José Geraldo (pres)**, Toinho Andrade(vice), Amélio Cayres, Sandoval Cardoso, Eduardo do Dertins

### **MEMBROS SUPLENTE:**

Deputados(a): Marcello Lelis, Angelo Agnolin, Raimundo Palito, Dr. Zé Viana, Solange Duailibe.

**Comissão de Acompanhamento e Estudos de Políticas Públicas para a Juventude**

Reunião às quintas-feiras, 16h

### **MEMBROS EFETIVOS:**

Deputados: Iderval Silva, Fábio Martins(vice), Pr. Pedro Lima, Toinho Andrade, Raimundo Moreira.

### **MEMBROS SUPLENTE:**

Deputados: Marcello Lelis, Dr. Zé Viana, Raimundo Palito, Eli Borges, Manoel Queiroz.

**Comissão dos Direitos da Mulher**

Reunião às quintas-feiras, 17h

### **MEMBROS EFETIVOS:**

Deputados(a): **Luana Ribeiro (pres)**, Josi Nunes (vice), Angelo Agnolin, Raimundo Palito, Solange Duailibe.

### **MEMBROS SUPLENTE:**

Deputados: Pr. Pedro Lima, César Halum, Raimundo Moreira, Eli Borges, Eduardo do Dertins.

**Comissão de Minas e Energia**

Reunião às terças-feiras, 16h

### **MEMBROS EFETIVOS:**

Deputados: César Halum, Cacildo Vasconcelos, Amélio Cayres, Fábio Martins, Eli Borges

### **MEMBROS SUPLENTE:**

Deputados: Raimundo palito, Sandoval Cardoso, Manoel Queiroz, Paulo Roberto, Toinho Andrade.

**Comissão de Ética e Decoro Parlamentar**

**Comissão Especial de Acompanhamento das Ações de Promoção do Desenvolvimento Sustentável às Margens da UHE-Lajeado e Processos de Licenciamento Ambiental.**

Reunião às terças-feiras, 15h

### **MEMBROS EFETIVOS:**

Deputados: **Angelo Agnolin(pres)**, Solange Duailibe (vice), Marcello Lelis, José Geraldo, Eli Borges.

### **MEMBROS SUPLENTE:**

Deputados(a): Júnior Coimbra, Cacildo Vasconcelos, Luana Ribeiro, Toinho Andrade, Fábio Martins.

### **DIÁRIO DA ASSEMBLEIA**

Responsável: Diretoria Legislativa

Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Documentação  
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO  
CEP 77003-905

# Atos Legislativos

## MENSAGEM Nº 88/2010

Palmas, 18 de outubro de 2010.

Senhor Presidente,

Submeto à deliberação dessa Augusta Casa de Leis o Projeto de Lei 76/2010, que autoriza a abertura de crédito suplementar, com cancelamento, no valor que especifica e altera a Lei 2.173, de 5 de novembro de 2009, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2010.

A propositura tem por finalidade autorizar a abertura de crédito suplementar e majorar os índices incidentes sobre a Receita Líquida de Impostos, destinados aos órgãos dos Poderes Judiciário e Legislativo, bem como ao Ministério Público, Defensoria Pública e ao Tribunal de Contas do Estado.

A majoração dos índices, inicialmente previstos, tem por objetivo atender despesas com pessoal, em especial, com a ampliação do quadro de servidores e realinhamento dos subsídios dos agentes públicos das referidas unidades orçamentárias.

Firme nestas razões, tenho a convicção de que se emprestará, à iniciativa, o indispensável apoio à sua formalização.

Atenciosamente,

**CARLOSHENRIQUEAMORIM**

Governador do Estado

## PROJETO DE LEI Nº 76/2010

**Autoriza o Poder Executivo abrir Crédito Suplementar com cancelamento, no valor que especifica, e altera a Lei 2.173, de 5 de novembro de 2009, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2010.**

### O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS

Faço saber que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar com cancelamento no valor de R\$ 29.674.668,00 (vinte e nove milhões, seiscentos e setenta e quatro mil e seiscentos e sessenta oito reais), para os órgãos dos Poderes Judiciário e Legislativo, ao Ministério Público, Defensoria Pública e ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 2º O artigo 19 da Lei 2.173, de 5 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 19. ....

I – Assembleia Legislativa – 2,79%;

II – Tribunal de Contas do Estado – 1,58%;

III – Tribunal de Justiça – 5,23%;

IV – Ministério Público Estadual – 2,44%;

V – Defensoria Pública Estadual – 0,82%.

.....(NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 18 dias do mês de outubro de 2010; 189º da Independência, 122º da República e 22º do Estado.

**CARLOSHENRIQUEAMORIM**

Governador do Estado

## PROJETO DE LEI Nº. 334/2010

**Autoriza o Poder Executivo a instituir como atividade extracurricular obrigatória na Rede Estadual de Ensino do Tocantins, Noções Básicas sobre os Riscos e Malefícios do Consumo de Drogas.**

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta:

Art. 1º O Poder Executivo é autorizado a instituir como atividade extracurricular obrigatória na Rede Estadual de Ensino do Tocantins, Noções Básicas sobre os Riscos e Malefícios do Consumo de Drogas.

*Parágrafo único.* As atividades previstas no *caput* desta lei e sua implementação é de competência das Secretarias de Educação, Desenvolvimento Social, Cidadania e Justiça, Polícia Militar e Conselho Estadual Antidrogas, que desenvolverão ações para sua efetiva realização.

Art. 2º Cabe ao Poder Executivo Estadual, por meio das Secretarias competentes e órgãos afins, adotar as medidas cabíveis para atender aos objetivos desta lei, regulamentando-a no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

O Estado do Tocantins tem sido ultimamente destaque nacional na chamada grande imprensa, como rota e alto consumo de drogas, fato que tem sido discutido por esta Augusta Casa, em várias oportunidades.

As drogas são substâncias naturais ou sintéticas que possuem a capacidade de alterar o funcionamento de organismo e estão divididos em dois grandes grupos, segundo o critério legal: lícitas e ilícitas.

As drogas promovem no dependente o afastamento da família, ansiedade, perda da saúde e dos amigos, decadência financeira, acidente de trabalho e de trânsito, perda de autocontrole e, em última instância, a morte.

Especialistas no assunto estão cada vez mais convictos de que é melhor e mais produtivo o trabalho de prevenção às drogas, conscientização e seus malefícios. O nosso projeto versa sobre este abrangente tema que tem levado nossas famílias à ruína, dado a sua gravidade e complexidade.

Face ao exposto e na certeza de estarmos contribuindo para amenizar o uso das drogas ilícitas, formando e orientando nossa juventude dos malefícios causados pelas mesmas, conclamo aos Senhores Deputados pela aprovação da matéria em destaque.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2010.

**OSIRES DAMASO**

Deputado Estadual

**PROJETO DE LEI Nº. 335/2010**

**Obriga as empresas proprietárias de casas de shows, salões de festa, boates e similares a exibirem informativos que alertem sobre o perigo da direção sob a influência de álcool.**

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta:

Art. 1º As empresas proprietárias de casas de shows, salões de festa, boates e similares são obrigadas a exibirem, em suas dependências, informativos que alertem sobre o perigo da direção sob a influência de álcool.

*Parágrafo único.* A advertência, tratada no *caput* da presente lei, será exibida em letras de forma, com fácil visibilidade e entendimento, disposta em áreas estratégicas do recinto, inclusive no estacionamento.

Art. 2º O não cumprimento do disposto na presente lei acarretará aos infratores multas e sanções previstas na legislação em vigor, através do órgão de Defesa do Consumidor.

Art. 3º Cabe ao Poder Executivo Estadual, através dos órgãos afins, adotar as medidas cabíveis para atender aos objetivos desta lei, regulamentando-a no prazo de 60 (sessenta) dias de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

O binário álcool e direção apresentam resultado danoso no mundo todo. Algumas medidas, se aplicadas com rigor, podem contribuir para amenizar as tragédias das quais tomamos conhecimento todos os dias, através de todas as vertentes da mídia. Nós, motoristas, devemos nos conscientizar de que, pegando a direção de um veículo e saindo no trânsito, somos responsáveis pela preservação do maior bem jurídico tutelado pela Lei Magna: a vida, tanto a nossa quanto a de nossos acompanhantes e a de terceiros.

Estatísticas indicam o crescimento assustador de acidentes com motoristas alcoolizados. No Tocantins, a situação não é diferente: os graves acidentes provocados pela perigosa associação do álcool e direção e com tendência a crescer, segundo as mesmas fontes estatísticas.

O Projeto de Lei em destaque busca contribuir para a contenção destas graves tragédias verificadas no contexto da sociedade tocantinense pois entendemos ser responsabilidade do Poder Público gestionar sobre o assunto, que causa preocupação em toda sociedade brasileira.

Para tentar minorar as conseqüências e preservar a vida, por entendermos se tratar de matéria oportuna em face da gravidade da situação verificada em nosso cotidiano, conclamamos aos ilustres Deputados pela aprovação integral da presente proposição.

**Sala das Sessões, 19 de outubro de 2010.**

**OSIRES DAMASO**  
Deputado Estadual

**PROJETO DE LEI Nº. 336/2010**

**Dispõe sobre a cobrança de tarifas ou taxas públicas decorrentes da religação dos serviços de energia elétrica e fornecimento de água tratada.**

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta:

Art. 1º É vedado às concessionárias de água e esgoto e à de energia elétrica a cobrança de tarifas ou taxas públicas decorrentes das atividades de religação comum ou de urgência de unidades consumidoras, no âmbito do Estado do Tocantins.

Art. 2º A empresa responsável pelo fornecimento de água e esgoto e energia elétrica terá um prazo máximo de 24 horas, a contar da ciência do pagamento da conta em atraso, para efetuar o religamento.

Art. 3º O Poder Executivo Estadual, por meio dos órgãos competentes, adotará as medidas cabíveis para atender aos objetivos desta lei, especialmente na sua regulamentação e execução.

Art. 4º O Poder Executivo Estadual, por meio dos órgãos competentes, adotará as medidas cabíveis para atender a todos os objetivos desta lei, regulamentando-a no prazo de 90 (noventa) dias de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

As empresas de água/esgoto e energia, assim como a maioria dos prestadores de serviço de energia elétrica e de abastecimento de água cobram dos consumidores, ordinariamente, tarifa ou preço em razão do restabelecimento do serviço suspenso em decorrência de inadimplemento.

Conquanto a suspensão do serviço por falta de pagamento das tarifas de consumo seja atualmente considerada constitucional, não violando a garantia de continuidade prevista no art. 22 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), o mesmo não se pode dizer da cobrança decorrente do restabelecimento do serviço. Isto porque o serviço somente é restabelecido a partir do momento em que o consumidor comprova a quitação dos valores pendentes, acrescidos da penalidade moratória, que já remunera a eventual despesa de religação.

Não bastasse isso, a atividade de religação já está compreendida na prestação do serviço público, de tal sorte que a instituição de uma nova tarifa com feições autônomas, a título de restabelecimento do serviço, constituiria *bis in idem*, uma vez que o consumidor adimpliu a sua obrigação (acrescida das cominações legais e contratuais), surgindo para ele o direito ao serviço, sobretudo em decorrência de sua natureza essencial.

Relativamente aos serviços de energia elétrica, a Resolução da ANEEL, de nº. 456 de 2000 faculta a cobrança das tarifas de religação normal e de urgência, consoante em que estabelece o § 1º do art. 109, nos seguintes termos:

“Art. 109 Os serviços cobráveis, realizados a pedido do consumidor, são os seguintes:

- I - vistoria de unidade consumidora;
- II - aferição de medidor;
- III - verificação de nível de tensão;
- IV - religação normal;

V - religação de urgência e

VI - emissão de segunda via de fatura.

§ “1º A cobrança dos serviços previstos neste artigo é facultativa e só poderá ser feita em contrapartida de serviço efetivamente prestado pela concessionária, dentro dos prazos estabelecidos”.

Assim sendo, não há, a rigor, obrigatoriedade de cobrança pela execução dessa atividade (religação) e nem pode ser considerada serviço público na acepção jurídica do termo, o que afastaria a possibilidade de instituição de tarifas ou preços públicos destinados a remunerá-la.

Nosso Projeto de Lei visa esclarecer nossos direitos e é um dever reivindicar o cancelamento de qualquer tipo de cobrança para religação de serviços de água/esgoto e energia, essa prática é ilegal e se alguém se sentir lesado por qualquer tipo de cobrança tem o direito do reembolso atualizado às quantias que foram pagas em excesso, ou cancelamento imediato da cobrança que julgar indevida.

Entendendo ser de grande alcance a presente proposição, conclamamos aos ilustres Deputados pela aprovação, em íntegro teor.

**Sala das Sessões**, 20 de outubro de 2010.

**IDERVAL SILVA**  
Deputado Estadual

## PROJETO DE LEI N.º 337/2010

**Declara de Utilidade Pública Estadual a Instituição Prisioneiros em Cristo de Palmas - IPEC.**

A **Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins** decreta:

Art. 1º É declarada de Utilidade Pública Estadual a Instituição Prisioneiros em Cristo de Palmas - IPEC, com sede no município de Palmas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

A Instituição Prisioneiros em Cristo de Palmas, com sede no município de Palmas-TO, na Quadra 1103 Sul, Avenida LO 25, s/nº, Lote 05, Sala 07, Plano Diretor Sul, CEP 77.019-080, inscrita sob o CNPJ nº. 09.322.756/0001-21, é entidade civil filantrópica evangélica, sem fins lucrativos e que tem como objetivo a orientação e reintegração na sociedade de pessoas que tenham passado pela prisão ou que ainda estejam presos, através de pesquisas no sistema penitenciário, de formação de capelães, missionários e obreiros, além de proporcionar orientação, apoio psicológico, espiritual e social às famílias dos presos, ministrando cursos profissionalizantes e outras atividades que contribuam para a recuperação do indivíduo.

Vale ressaltar que a entidade cumpre rigorosamente seu papel junto à sociedade e atende a todos os pré-requisitos da Legislação Estadual para tornar-se de Utilidade Pública, conforme cópias da documentação exigida em anexo.

Diante do exposto solicito aos nobres Pares apoio na aprovação da presente matéria.

**Sala das Sessões**, 20 de outubro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**  
Presidente

## PROJETO DE LEI N.º 338/2010

**Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Amigos do Bem.**

A **Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins** decreta:

Art. 1º É declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Amigos do Bem, com sede no município de Palmas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

A Associação Amigos do Bem, com sede no município de Palmas-TO, na Quadra 104 Sul, Rua SE 01, Lote 28, s/nº, Centro, CEP 77.020-014, inscrita sob o CNPJ nº 09.170.175/0001-11, é entidade civil sem fins lucrativos, de caráter esportivo, recreativo e educacional, cultural e assistencial. Sua finalidade é melhorar a qualidade de vida de seus associados em geral, organizando-os e desenvolvendo atividades na área de saúde pública para a população em geral, visando a qualidade de vida e inclusão social, promovendo a integração da comunidade, divulgando a cultura e as tradições locais, estimulando o desenvolvimento da educação, da ciência, da saúde, da cultura, do lazer, da prática esportiva, do convívio social e das variadas formas de expressão da sociedade e de trabalhos junto aos idosos, jovens e crianças, dando assistência aos mesmos, gratuitamente, em eventos, órgãos públicos, feiras e congêneres, para contribuir com a melhor qualidade de vida do indivíduo.

Vale ressaltar que a entidade cumpre rigorosamente seu papel junto à sociedade e atende a todos os pré-requisitos da Legislação Estadual para tornar-se de Utilidade Pública conforme cópias da documentação exigida em anexo.

Diante do exposto solicito apoio aos nobres Pares pela aprovação da presente matéria.

**Sala das Sessões**, 20 de outubro de 2010.

Deputado **JÚNIOR COIMBRA**  
Presidente

## Ofício nº 872/2010/GAPRE

A Sua Excelência o Senhor

**RAIMUNDO COIMBRA JUNIOR**

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins

N E S T A

Assunto: **Encaminha Projeto de Lei**

Senhor Presidente,

1. Com esta visita, tenho a honra de apresentar-lhe os meus cumprimentos, ao tempo em que encaminho a Vossa Excelência, para aprovação, a anexa minuta do Projeto de Lei, que denomina

“Edifício Raimundo Barbosa dos Santos” a Unidade Judicial do Município de Dueré.

2. Sendo só o que se apresenta para o momento, subscrevo-me com apreço.

Atenciosamente,

**Desembargadora Willamara Leila**  
Presidente

## MINUTA DE PROJETO DE LEI N.º 6/2010

**Denomina “Edifício Raimundo Barbosa dos Santos” a Unidade Judicial do Município de Dueré.**

### O Governador do Estado do Tocantins

Faço saber que a **Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins** aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É denominado “Edifício Raimundo Barbosa dos Santos” o prédio da Unidade Judicial do Município de Dueré.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DA JUSTIÇA RIO TOCANTINS**, em Palmas, aos 19 dias do mês de outubro de 2010, 111º da República e 22º do Estado do Tocantins.

**Desembargadora Willamara Leila**  
Presidente

## Atas das Sessões Plenárias

### 6ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

Em 14 de setembro de 2010

#### Ata da Ducentésima Quinquagésima Quinta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia catorze do mês de setembro do ano de dois mil e dez, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Júnior Coimbra, Secretariada pela Senhora Deputada Luana Ribeiro, Primeira-Secretária e o Senhor Deputado Stalin Bucar, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense” o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Marcello Lelis, Osires Damaso, Pastor Pedro Lima, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Stalin Bucar, Toinho Andrade e as Senhoras Deputadas Josi Nunes, Luana Ribeiro e Solange Duailibe. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Iderval Silva, José Geraldo, Manoel Queiroz e Paulo Roberto. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: mensagem número 83/2010, de autoria do Senhor Governador, encaminhando Projeto de Lei número 71/2010, que “Autoriza o Poder Executivo a receber em doação com encargo, área de terreno suburbano que especifica”; mensagem número 84/2010, de autoria do Senhor Governador, encaminhando Projeto de Lei número 72/2010, que “Dispõe sobre o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAB/TO, e dá outras

providências”; mensagem número 85/2010, de autoria do Senhor Governador, encaminhando Projeto de Lei número 73/2010, que “Dá nome ao Posto de Fiscalização Estadual no Município de Talismã, Estado do Tocantins”; ofícios oriundos da Chefia de Gabinete do Senhor Governador, em resposta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados: Fábio Martins, Dr. Zé Viana e Josi Nunes; ofício número 449/2010, oriundo do BNDES, informando a liberação de recursos financeiros para o Estado do Tocantins, no âmbito do Contrato número 10204291; ofício número 5.409/2010, oriundo da Secretaria da Educação e Cultura, informando a celebração de Convênio com a Prefeitura de Ponte Alta do Bom Jesus, com o propósito de estabelecer condições básicas para o desenvolvimento de ações referentes à realização de inspeção das unidades escolares municipais; ofício número 1.996/2010, oriundo da Diretoria de Políticas Penitenciárias, informando a liberação de recursos financeiros ao Convênio número 41/2009, para “aquisição de equipamentos de tecnologia para serem utilizados diretamente no funcionamento do sistema penitenciário estadual”; ofício número 402/2010, oriundo da Secretaria de Indústria e Comércio, informando a celebração de Convênio, com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, visando apoiar a realização da Feira da Beleza – 8ª Edição; ofícios oriundos da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, informando a prorrogação de vigência de convênios, através de Termos Aditivos, com diversos Municípios; ofício número 290/2010, oriundo da Fundação Cultural, informando e encaminhando relação de Convênios celebrados no mês de julho do corrente ano, com diversas Associações, Instituições e Municípios no Estado do Tocantins; ofícios oriundos da Secretaria da Saúde, comunicando a celebração de Termo Aditivo com diversos municípios, tendo como objeto a Cessão de Uso de veículo do tipo ambulância; ofícios números 4.894 e 4.494/2010, oriundos da Secretaria da Saúde, comunicando a celebração de Termo Aditivo ao Convênio através dessa Secretaria e a Associação de pais e Amigos dos Excepcionais de Barrolândia e o Município de Araguatins, tendo como objetivo a Cessão de Uso de Bens Móveis; comunicados oriundos do Ministério da Educação informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de vários Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; ofícios números 5.805 e 5.807/2010, oriundos da Secretaria da Saúde, informando a celebração de Termo Aditivo ao Convênio visando aumentar o número de vagas de estágio no Hospital Regional de Araguaína e Hospital de Referência de Pedro Afonso, respectivamente; ofício número 5.101/2010, oriundo da Secretaria da Educação e Cultura, informando a celebração de Convênio com as Secretarias de Cidadania e Justiça e da Segurança Pública, que tem por objeto a cooperação técnica, pedagógica, material e financeira, com o intuito de garantir a implantação da Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental e Médio e dar continuidade na Educação Profissionalizantes, a fim de oportunizar a ressocialização dos educandos e sua reintegração ao convívio social; ofício circular número 04/2010, oriundo do Ministério da Saúde, encaminhando análise realizada pela Comissão de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde (COFIN/CNS) referente às Auditorias do Sistema Único de Saúde – DENASUS, para conhecimento e providências cabíveis; ofício número 1.636/2010, oriundo da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, informando a celebração de convênio entre a União, essa Secretaria, e a Fundação Universidade Tocantins – UNITINS, com vistas à execução do Projeto “Implementação e Manutenção do Núcleo de Formação Continuada de Conselheiros dos Direitos e

Conselheiros Tutelares do Estado – Escola de Conselheiros”; ofício circular número 03/2010, oriundo da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – informando que, em virtude do período eleitoral, o informativo mensal da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC, bem como o site do órgão deixarão de circular e estar disponíveis na Internet; ofício número 216/2010, oriundo da Câmara dos Deputados, na pessoa do Senhor Deputado Moisés Avelino, em resposta a Requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Marcello Lelis, referente ao consumo de “crack” no Estado do Tocantins, informando que o mesmo apresentou emenda ao Orçamento da União/2010, cujo objeto é o apoio a projetos de interesse do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas; ofício número 082-3/2010, oriundo da União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME Tocantins, informando que o Senhor Prof. Danilo de Melo Souza, Dirigente Municipal de Educação de Palmas, assumiu a Presidência da Undime – TO; ofícios oriundos da Chefia de Gabinete do Senhor Governador, em resposta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados: Fábio Martins, Júnior Coimbra, Stalin Bucar e Toinho Andrade; ofício número 5.301/2010, oriundo da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, informando a celebração de Convênio com o Estado do Tocantins, destinado à Municipalização do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – SINDEC, e que, parte de responsabilidade do cedente, já foram transferidos; e ofício número 1.298/2010, oriundo do Ministério da Integração Nacional – Secretaria executiva, informando a Transferência de Recursos Financeiros, referente à segunda parcela do Convênio número 1.325/2008, objetivando a construção de ponte no Rio Tocantins, na Rodovia TO-010, ligando Palmas a Miracema e à BR-153/TO. Logo após, o Senhor Presidente com aquiescência do Plenário, suspendeu a Sessão pelo prazo de até dez minutos, para Reunião de Bancada, reabrindo-a às dez horas e vinte e três minutos. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Requerimentos que receberam os números 5515 a 5532. Em seguida, com aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, pelo prazo de até vinte minutos, para Reunião Conjunta das Comissões reabrindo-a às onze horas e oito minutos. No horário destinado às Comunicações usaram a tribuna os Senhores Deputados Marcello Lelis, Stalin Bucar e a Senhora Deputada Josi Nunes. Logo após, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 5533, de autoria da Senhora Deputada Josi Nunes, Líder do Governo, que requer a convocação de Sessão Extraordinária, dispensando-se todos os interstícios regimentais, para apreciação dos Processos números 543/2010, 544/2010 e 545/2010, o qual foi aprovado. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 71/2010, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a receber em doação com encargo, área de terreno suburbano que especifica”, que deu origem ao Processo número 543/2010; 72/2010, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Dispõe sobre o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN/TO, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 544/2010; 73/2010, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Dá nome ao Posto de Fiscalização Estadual no Município de Talismã-TO”, que deu origem ao Processo número 545/2010; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 5485, 5513, 4854, 4864, 4865, 5017, 5018, 5028, 4856, 4857, 4858, 4859, 4860, 4861, 4881, 5013, 5108, 5109, 4869, 4870, 4878, 4866, 4867, 4874,

4876, 4883, 4886, 4891, 5025, 5102 a 5105, 5111, 4877, 4892, 5023, 5106, 4882, 4884, 4885, 5015, 5016, 4889, 4890, 5019, 5020, 5110, 5021, 5022, 4567, 4568, 4897, 4596, 4624, 4980, 4991, 5095, 5192, 4648, 4853, 4981, 5191, 5371, 5037, 5178, 4104, 4918, 4928, 4938, 4940, 4947, 5235, 5236, 5238, 5256, 5258, 4599, 4677, 4939, 4983, 4984, 5243, 4925, 4934, 4936, 4919, 4929, 4923, 4946, 5237, 5239, 5260, 4921, 4926, 4927, 4930 a 4932, 4941, 4942, 4944, 4945, 4967, 4968, 4970 a 4977, 5250 a 5253, 5255, 4929, 4937, 5242, 5241, 5262, 4786, 5223, 5036, 4783, 4784, 5183, 5487, 5499, 5504, 5505, 4903, 4905, 4598, 4791, 4988, 5048, 5051, 5052, 5087, 5231, 4651, 4902, 4904, 4987, 5012, 5033, 5011, 5086, 5050, 5082 a 5085, 4907 a 4911, 4992, 5062, 5063, 5066, 5088, 5064, 5216, 4993, 4995, 5065, 5090, 5091, 5118 a 5120, 5187, 5188, 5215, 5217, 5218, 3488, 5044 a 5046, 5212, 4788, 4825, 4591, 5074, 4592, 5003, 5004, 5069 a 5072, 5073, 4639, 4895, 4965, 4997, 4998, 5194, 5196, 5197, 5209 e 4966; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Foi anunciado, em fase única de discussão e votação, o Requerimento número 4784, de autoria do Senhor Deputado Marcello Lelis que, após a retificação do termo “regularização” para “informação” foi aprovado e encaminhado à Secretaria para providenciar. No horário destinado às Discussões Parlamentares usou a tribuna o Senhor Deputado Stalin Bucar. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e cinquenta e seis minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

**1º Secretário****Presidente****2º Secretário****6ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa****Em 15 de setembro de 2010****Ata da Ducentésima Quinquagésima Sexta Sessão Ordinária**

Às nove horas do dia quinze do mês de setembro do ano de dois mil e dez, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, onde assumiu a Presidência o Senhor Deputado Eli Borges que, por falta de quorum, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente e convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Estavam presentes os Senhores Deputados Cacildo Vasconcelos e José Geraldo. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

**1º Secretário****Presidente****2º Secretário****6ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa****Em 6 de outubro de 2010****Ata da Ducentésima Quinquagésima Sétima Sessão Ordinária**

Às nove horas do dia seis do mês de outubro do ano de dois mil e dez, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Júnior Coimbra, Secretariado pelos Senhores Deputados, Stalin Bucar Primeiro-Secretário e Osires Damaso, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense” o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Cacildo Vasconcelos, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Iderval Silva, José Geraldo, Osires Damaso, Raimundo Moreira, Sandoval Cardoso, Stalin Bucar e as Senhoras Deputadas Josi Nunes e Luana Ribeiro. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, César Halum, Dr. Zé Viana, Fábio Martins, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Pastor Pedro Lima, Paulo Roberto, Raimundo Palito, Toinho Andrade e a

Senhora Deputada Solange Duailibe. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, por falta de quórum, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: mensagem número 87/2010, de autoria do Senhor Governador, encaminhando Projeto de Lei número 75/2010, que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2011 e adota outras providências”; ofícios oriundos da Chefia de Gabinete do Senhor Governador, em resposta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados Eli Borges e Stalin Bucar; ofício número 5.407/2010, oriundo da Secretaria da Educação e Cultura, informando a celebração de Termo de Cessão de Uso com a Prefeitura de Araguacema, que tem por objeto a cessão de equipamentos para processamento de dados pertencentes ao patrimônio dessa Secretaria, que serão destinados ao atendimento da Biblioteca daquele Município; ofícios oriundos da Secretaria da Saúde, informando a celebração de Termos Aditivos com diversas Prefeituras do Estado do Tocantins, o qual apresenta como objeto a Cessão de Uso de veículo do tipo ambulância; e com a Faculdade do Bico do Papagaio – FABIC, o qual objetiva o aumento do número de vagas de estágio no Hospital Regional de Augustinópolis, oferecidas à Instituição de Ensino em referência; ofícios oriundos da Secretaria da Saúde, informando a Formalização de Protocolo de Cooperação entre entes públicos, firmados com os Municípios de Palmas e Gurupí, os quais apresentam como objeto, a formalização da relação entre gestores do Sistema Único de Saúde (SUS); ofício número 2/2010/SEPLAN/SEFAZ, de autoria da Secretaria de Planejamento, encaminhando Relatório de “Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 2º Quadrimestre de 2010”. Logo após, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Stalin Bucar e a Primeira-Secretaria a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Requerimentos que receberam os números 5534 a 5544. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Raimundo Moreira, Osires Damaso, Sandoval Cardoso e a Senhora Deputada Josi Nunes. Na deliberação da Ordem do Dia, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Logo após, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Cacildo Vasconcelos. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dez horas e quinze minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

**1º Secretário                                  Presidente                                  2º Secretário**

### **6ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa**

**Em 6 de outubro de 2010**

#### **Ata da Ducentésima Quinquagésima Oitava Sessão Ordinária**

Às quinze horas do dia seis do mês de outubro do ano de dois mil e dez, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, onde assumiu a Presidência a Senhora Deputada Solange Duailibe que, por falta de quórum, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente e convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Estavam presentes os Senhores Deputados Cacildo Vasconcelos, Eli Borges, Iderval Silva, José Geraldo e Osires Damaso. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

**1º Secretário                                  Presidente                                  2º Secretário**

### **6ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa**

**Em 7 de outubro de 2010**

#### **Ata da Ducentésima Quinquagésima Nona Sessão Ordinária**

Às nove horas do dia sete do mês de outubro do ano de dois mil e dez, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Júnior Coimbra, Secretariado pelos Senhores Deputados, Sandoval Cardoso Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense” o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Dr. Zé Viana, Eli Borges, Iderval Silva, José Geraldo, Osires Damaso, Raimundo Moreira, Sandoval Cardoso e a Senhora Deputada Josi Nunes. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Eduardo do Dertins, Fábio Martins, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Pastor Pedro Lima, Paulo Roberto, Raimundo Palito, Toinho Andrade e as Senhoras Deputadas Luana Ribeiro e Solange Duailibe. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, por falta de quórum, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: Requerimento número 75/2010, de autoria do Senhor Deputado Stalin Bucar, que requer licença para tratamento de saúde, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 6 de outubro de 2010; ofício número 59/2010, oriundo da Agência de Trânsito, Transportes e Mobilidade – ATTM, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Marcello Lelis; ofícios oriundos da Secretaria do Esporte, em resposta a Requerimentos de autoria do Senhor Deputado Júnior Coimbra; ofício número 5.407/2010, oriundo da Secretaria da Educação e Cultura, informando a celebração de Termo de Cessão de Uso com a Prefeitura de Araguacema, que tem como objeto a cessão de equipamentos para processamento de dados pertencentes ao patrimônio desta Secretaria, que serão destinados ao atendimento da biblioteca daquele Município; ofício número 1.583/2010, oriundo do Ministério da Educação, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Iderval Silva; ofícios oriundos da Secretaria da Infraestrutura – SEINF, informando a celebração de Convênios com diversas Associações do Estado do Tocantins; e comunicados oriundos do Ministério da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de vários programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no Estado do Tocantins. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Requerimentos que receberam os números 5545 a 5548. No horário destinado às Comunicações o Senhor Deputado inscrito declinou do uso da palavra. Na deliberação da Ordem do Dia, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu a sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às nove horas e vinte e dois minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

**1º Secretário                                  Presidente                                  2º Secretário**





Instituições do Estado do Tocantins. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Projetos de Lei que receberam os números 336/2010, de autoria do Senhor Deputado Iderval Silva; 337 e 338/2010, de autoria do Senhor Deputado Júnior Coimbra; e os Requerimentos que receberam os números 5582 a 5587. Logo após, foi aprovada a urgência do Requerimento que recebeu o número 5582 de autoria do Senhor Deputado Osires Damaso. No horário destinado às Comunicações, o Senhor Deputado inscrito declinou do uso da palavra. Na deliberação da Ordem do Dia, foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 5512, 5554, 5321, 5536 a 5538, 5378, 5379, 5384, 5382, 5519, 5521, 5522, 5385, 5386, 5524, 5520, 5516, 5398, 5400, 5401, 5419, 5507, 5508, 5511, 5510, 5403, 5498, 5500 a 5503, 5528, 5529, 5578, 5579, 4633, 5326, 5407, 5414, 5567, 5568, 5404, 5405, 5415, 5531, 5416, 5417, 5530, 5550, 5551, 5390, 5396, 5397, 5494, 5495, 5526, 5527 e 5581; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às nove horas e cinquenta e oito minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário                      Presidente                      2º Secretário

### ATADA 216ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

6ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa

Em 14 de setembro de 2010

#### Ata da Ducentésima Décima Sexta Sessão Extraordinária

Às doze horas e cinquenta e oito minutos do dia quinze do mês de setembro do ano de dois mil e dez, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Júnior Coimbra, Secretariado pela Senhora Deputada Luana Ribeiro, Primeira-Secretária e o Senhor Deputado Stalin Bucar, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Marcello Lelis, Osires Damaso, Pastor Pedro Lima, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Stalin Bucar, Toinho Andrade e as Senhoras Deputadas Josi Nunes e Luana Ribeiro. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Iderval Silva, José Geraldo, Manoel Queiroz, Paulo Roberto e a Senhora Deputada Solange Duailibe. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar e oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 71/2010, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a receber em doação com encargo, área de terreno suburbano que especifica”, que deu origem ao Processo número 543/2010; 72/2010, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Dispõe sobre o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN/TO, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 544/2010; e 73/2010, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Dá nome ao Posto de Fiscalização Estadual no Município de Talismã, Estado do

Tocantins”, que deu origem ao Processo número 545/2010; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafos. Foi anunciado, em turno único de discussão e votação, o Requerimento número 5514, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para providenciar. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às treze horas e seis minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário                      Presidente                      2º Secretário

## Atas das Comissões

### REUNIÃO CONJUNTAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.

6.ª Legislatura – 4.ª Sessão Legislativa

#### Ata da Nonagésima Nona Reunião Conjunta

Às dez horas e quarenta minutos do dia quatorze de agosto de dois mil e dez reuniram-se, conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenário da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Raimundo Moreira, Josi Nunes, Fábio Martins, Luana Ribeiro, Marcello Lelis e Cacildo Vasconcelos. Estavam ausentes os Senhores Deputados: César Halum, Sandoval Cardoso, Eduardo do Dertins, Toinho Andrade, José Geraldo e Iderval Silva. O Senhor Presidente, Deputado Angelo Agnolin, declarou aberta a Reunião e solicitou ao Senhor Secretário que informasse os números das Atas das Reuniões anteriores as quais, aprovadas foram subscritas pelos Parlamentares presentes. Não havendo Expediente, passou-se a Distribuição de Matérias. Foram nomeados relatores os Senhores Deputados: Josi Nunes, Processos números: 543/2010 e 544/2010 e Fábio Martins, Processo número 545/2010. Não havendo Devolução de Matérias e Ordem do Dia a ser deliberada, o Senhor Presidente encerrou a Reunião convocado outra para dentro de até dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada e publicada.

### REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.

6.ª Legislatura – 4.ª Sessão Legislativa

#### Ata da Centésima Reunião Conjunta

Às dez horas e cinquenta minutos do dia quatorze de agosto de dois mil e dez reuniram-se, conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do

Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Raimundo Moreira, Josi Nunes, Fábio Martins, Luana Ribeiro, Marcello Lelis e Cacildo Vasconcelos. Estavam ausentes os Senhores Deputados: César Halum, Sandoval Cardoso, Eduardo do Dertins, Toinho Andrade, José Geraldo e Iderval Silva. O Senhor Presidente, Deputado Angelo Agnolin, declarou aberta a Reunião e com a aquiescência dos Parlamentares presentes, a leitura da Ata da Reunião anterior foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. Foram devolvidos os Processos números: 543/2010 e 544/2010, Deputada Josi Nunes; 545/2010, Deputado Fábio Martins. Na deliberação da Ordem do Dia foram lidos e aprovados os pareceres dos Processos acima mencionados e encaminhados ao Plenário. Em seguida, o senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada e publicada.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

#### 6.ª Legislatura – 4.ª Sessão Legislativa

##### Ata da Sexagésima Terceira Reunião Extraordinária

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezessete de agosto de dois mil e dez, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Josi Nunes, Fábio Martins, Luana Ribeiro e Cacildo Vasconcelos. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin e Raimundo Moreira. O Senhor Presidente, Deputado Fábio Martins, declarou aberta a Reunião e solicitou ao Senhor Secretário que informasse os números das Atas das Reuniões anteriores as quais, aprovadas, foram subscritas pelos Parlamentares presentes. Não havendo

Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias. Foram nomeados relatores os Senhores Deputados: Cacildo Vasconcelos, Processos números: 495/2010, 497/2010, 498/2010 e 509/2010 e Josi Nunes, Processos números: 496/2010, 508/2010 e 510/2010. Não havendo Devolução de Matérias e Ordem do Dia a ser deliberada, o Senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dentro de até um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada e publicada.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

#### 6.ª Legislatura – 4.ª Sessão Legislativa

##### Ata da Sexagésima Quarta Reunião Extraordinária

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezessete de agosto de dois mil e dez, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Josi Nunes, Fábio Martins, Luana Ribeiro e Cacildo Vasconcelos. Estavam ausentes os senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin e Raimundo Moreira. O senhor Presidente, Deputado Fábio Martins, declarou aberta a Reunião e com a aquiescência dos Parlamentares presentes, a leitura da Ata da Reunião anterior foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. Foram devolvidos os Processos números: 478/2010, Deputado Fábio Martins; 479/2010, 496/2010 e 510/2010, Deputada Josi Nunes e 509/2010, Deputado Cacildo Vasconcelos. Na deliberação da Ordem do Dia foram lidos e aprovados os pareceres dos Processos números: 479/2010, 496/2010, 509/2010, 510/2010 e o Processo 478/2010, aprovado com substitutivo apresentado pelo relator e, posteriormente encaminhados ao Plenário. Em seguida, o senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada e publicada.

## DEPUTADOS DA 6ª LEGISLATURA

Amélio Cayres – PR  
 Angelo Agnolin – PDT  
 Cacildo Vasconcelos - PP  
 César Halum – PPS  
 Dr. Zé Viana - PSC  
 Eduardo do Dertins – PPS  
 Eli Borges – PMDB  
 Fábio Martins – PDT  
 Pastor Pedro Lima – PR  
 Iderval Silva – PMDB  
 José Geraldo – PTB  
 Josi Nunes – PMDB

Júnior Coimbra – PMDB  
 Luana Ribeiro – PR  
 Manoel Queiroz - PPS  
 Marcello Lelis – PV  
 Osires Damaso - DEM  
 Paulo Roberto - PR  
 Raimundo Moreira – PSDB  
 Raimundo Palito – PP  
 Sandoval Cardoso - PMDB  
 Solange Duailibe – PT  
 Stalin Bucar - PR  
 Toinho Andrade – DEM

#### LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder do Governo: Deputada Josi Nunes - PMDB  
 1º Vice-Líder: Deputado Fábio Martins - PDT  
 2º Vice-Líder: Deputado César Halum - PPS

#### BLOCO – PSDB/PP/PTB

Líder: Deputado Raimundo Moreira - PSDB  
 Vice-Líder: Deputado José Geraldo - PTB

#### BLOCO – PR//PV

Líder: Deputado Marcello Lelis - PV  
 Vice-Líder: Deputado Amélio Cayres - PR

#### BLOCO – PPS/PDT/PT

Líder: Deputada Solange Duailibe – PT  
 Vice-Líder: Deputado Fábio Martins - PDT

#### BLOCO – PMDB/PSC

Líder: Deputado Iderval Silva  
 Vice-Líder: Deputada Josi Nunes